

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS TORQUARTO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

NATÁLIA DA SILVA LIMA GOMES

***A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CAIXA DAS MPES DO
RAMO DE VESTUÁRIO DAS LOJAS COMERCIAIS DO SHOPPING
DA CIDADE E O DESCASO DO EMPRESÁRIO EM RELAÇÃO À DFC***

**TERESINA
2016**

NATALIA DA SILVA LIMA GOMES

***A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CAIXA DAS MPES DO
RAMO DE VESTUÁRIO DAS LOJAS COMERCIAIS DO SHOPPING
DA CIDADE E O DESCASO DO EMPRESÁRIOS EM RELAÇÃO À
DFC***

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº Dr. Cezimar Gomes da Silva

**TERESINA
2016**

***A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CAIXA DAS MPES DO RAMO
VESTUÁRIO DAS LOJAS COMERCIAIS DO SHOPPING DA CIDADE E O
DESCASO DO EMPRESÁRIOS EM RELAÇÃO À DFC***

NATALIA DA SILVA LIMA GOMES

**Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da
Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Contábeis**

Aprovada em:_____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

**Profº. Dr. Cezimar Gomes da Silva
Orientador - Uespi**

Profº. Esp. Dielson Moreira Gomes

Profª. Msª. Amanda Raquel da Silva Rocha

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a **DEUS**, pois esteve sempre no controle de tudo, me sustentando, guardando e dando todo o suporte necessário a esse trabalho, sem Ele, o mesmo não poderia ser realizado. À minha mãe, **Elizabete da Silva Lima** e meu pai, **Antônio José de Sousa Lima** que estavam sempre prontos a ajudar, mesmo à distância, incentivando e cuidando para que tudo saísse de acordo com o planejado ao longo desses 04 anos. Não podem faltar os agradecimentos ao meu esposo **Genilson Pires Gomes**, esse trabalho também é dele, que com paciência e amor esteve ao meu lado o tempo todo. Não posso esquecer do meu irmão **Natanael da Silva Lima** que sempre que precisei esteve pronto a ajudar, principalmente quando se tratava em concertar meu notebook. Também agradeço minhas colegas de turma **Beneane Araujo, Hellen Sabrina e Isadora Oliveira** que me acompanharam nesse processo, juntas podemos compartilhar de muitos sentimentos e sensações que fazem parte do mundo universitário. Não posso deixar de agradecer a todos os meus professores que com muito esforço e carinho nos passaram o conhecimento necessário para que enfrentemos o mercado de trabalho na área contábil, sempre dando conselhos extras. Do quadro de professores, em especial ao meu orientador **Prof. Dr. Cezimar Gomes da Silva**, que com muito empenho e compromisso me mostrou passo a passo o caminho a ser percorrido para realização desse trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa construção, meus colegas de turma, desde o segurança que mantem a ordem na universidade ao reitor que administra de forma consciente essa instituição.

Um sincero abraço a todos.

*“Eu sou o caminho, a verdade e
a vida; ninguém vem ao Pai
senão por mim.” (Jesus Cristo)*

RESUMO

Este trabalho propõe-se a demonstrar a importância do controle do fluxo de caixa e procurar explicações para o descaso dos microempresários em utilizar a DFC como ferramenta de controle tomando como base parte das microempresas do ramo de vestuário do Shopping da Cidade. Sua relevância está na conscientização do uso do controle do fluxo de caixa mesmo em microempresas, as quais possuem influência significativa na geração de renda, ocupação de pessoal e PIB nacional. A pesquisa, aborda o problema de forma explicativa, com natureza quali-quantitativa, utilizando procedimentos técnicos que a caracterizam como pesquisa bibliográfica e de levantamento. Os resultados desta pesquisa podem servir para todas as micro e pequenas empresas, tomando como amostra para levantamento dos dados as lojas comerciais do ramo de vestuário do Shopping da Cidade. O recurso utilizado para coleta de dados foi a aplicação de questionário contendo perguntas sobre a constituição e forma de controle de caixa da microempresa. A análise foi feita com base nas respostas dadas pelos microempresários a este questionário levando em consideração o aprendizado adquirido na parte bibliográfica desta pesquisa e com base na observação das mesmas no período de aplicação do questionário, sem qualquer pré-julgamento, mas simplesmente em observação lógica e por fim, sugerimos um modelo simples de controle de fluxo de caixa, capaz de oferecer alternativas para avaliar os processos de atividades no âmbito dos fluxos de recursos de caixa da empresa, levando-nos a alcançar o nosso objetivo proposto na pesquisa.

Palavras Chaves: 1. Fluxos de Caixa. 2. Gestão de Caixa. 3. Controle de Caixa. 4. Demonstração de Fluxo de Caixa. 5. Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

This paper proposes to demonstrate the importance of cash flow control and to seek explanations for the neglect of micro entrepreneurs in using the DFC as a control tool based on the micro-businesses of the shopping mall of Shopping the City. Its relevance is in the awareness of the use of cash flow control even in micro enterprises, which have a significant influence on income generation, personnel occupation and national GDP. The research addresses the problem in an explanatory way, with a qualitative nature, using technical procedures that characterize it as a bibliographical and survey research. The results of this research can be used for all micro and small companies, taking as sample for data collection the commercial stores of the clothing branch of Shopping City. The resource used for data collection was the application of a questionnaire containing questions about the constitution and form of cash control of the microenterprise. The analysis was based on the responses given by micro entrepreneurs to this questionnaire taking into account the learning acquired in the bibliographical part of this research and based on the observation of the same in the period of application of the questionnaire, without any pre-judgment, but simply in logical observation. And finally, we suggest a simple cash flow control model, capable of offering alternatives to evaluate the processes of activities within the scope of cash flows of the company, leading us to achieve our proposed goal in the research. .

Key Words: 1.Cash Flow. 2.Cash management. 3.Box control. 4.Statement of Cash Flow. 5.Micro and Small Business.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional

CGSIM - Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legislação de Empresas e Negócios

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa

DOAR - Demonstração de Origens e Aplicações do Resultado

DRE - Demonstrativo de Resultados do Exercício

EPP - Empresa de Pequeno Porte

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ME - Microempresa

MPE - Media e Pequena Empresa

PEGN – Pequenas Empresas e Grandes Negócios

PIB - Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UGE - Unidade De Gestão Estratégica

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Setor Comércio/Empresas/2009 a 2011	22
Tabela 02	Setor Comércio/Pessoal Ocupado/ 2009 a 2011	22
Tabela 03	Setor Serviços/Empresas/2009 a 2011	23
Tabela 04	Setor Serviços/Pessoal Ocupado/ 2009 a 2011	23
Tabela 05	Pontos de evidência da DFC	31
Tabela 06	Forma de constituição da empresa	43
Tabela 07	Escala de Likert: Tempo de atuação	44
Tabela 08	Forma de atuação	45
Tabela 09	Escala de Likert: Avaliação do controle de caixa	46
Tabela 10	Escala de Likert: Grau de interesse	47
Tabela 11	Forma de gestão e controle financeiro dos fluxos de caixa	47
Tabela 12	Escala de Likert: Causas da falta de controle do caixa	48
Tabela 13	Escala de Likert: Forma de planejamento financeiro do caixa	49
Tabela 14	Modelo de Fluxo de Caixa simplificado	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 02	Falta de Recursos na Empresa	36
Quadro 02	Exemplo de escala Likert	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	13
1.1 MARCO CONCEITUAL	13
1.1.1 CAIXA.....	13
1.1.2 FLUXO DE CAIXA.....	14
1.1.3 DFC	15
1.1.3.1 OBJETIVO	16
1.1.3.2 ESTRUTURA.....	16
1.1.3.3 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO.....	17
1.1.3.3.1 DIRETO	17
1.1.3.3.2 INDIRETO	18
1.1.4 MPE.....	19
1.2 MARCO REFERENCIAL	21
1.2.1 IMPORTÂNCIA DAS MPES NO BRASIL	21
1.2.2 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE NAS MPES	24
1.2.3 CONTROLE E TIPOS DE CONTROLE.....	25
1.2.4 CONTROLE DE CAIXA.....	27
1.2.5 IMPORTÂNCIA DA DFC	29
1.2.6 PROJEÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	33
CAPÍTULO II	37
2.1 MÉTODO UTILIZADO	37
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	37
2.2.1 QUANTO À ABORDAGEM	37
2.2.2 QUANTO À NATUREZA	38
2.2.3 QUANTO AOS OBJETIVOS	38
2.2.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	39
2.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	39
2.4 HIPÓTESES.....	39
2.5 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	40
2.6 TECNICA DE COLETA DOS DADOS	40
2.7 TÉCNICA DE ANÁLISE UTILIZADA NA INVESTIGAÇÃO.....	41

CAPÍTULO III	42
3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
3.1.1 PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS	42
3.1.2 FORMA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA NO MERCADO	45
3.1.3 FORMA DE GESTÃO E CONTROLE DOS FLUXOS DE CAIXA.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	59

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema a importância do controle de caixa das MPEs – Micro e Pequenas Empresas, do ramo de vestuário das lojas comerciais do Shopping da Cidade e o descaso do empresários em relação à DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa. Essa pesquisa abordará sobre a significativa importância que um controle de caixa possui na administração de uma empresa, não importando seu porte. Muitos microempresários não aplicam um sistema de controle de fluxo de caixa justamente por acharem desnecessário levando em consideração o porte de sua empresa, e esse trabalho, trará explicações que sejam plausíveis a esse tipo de comportamento.

Quais as causas dessa indiferença entre o microempresário e a DFC? Basicamente, toda essa pesquisa baseia-se nesse questionamento. Num mundo globalizado como o mundo dos dias de hoje, num mercado competitivo como o mercado de hoje, é muito importante estar inteirado de tudo que possa ser utilizado para uma boa administração de negócio.

As hipóteses mais logicamente levantadas é de que ainda existe muito administrador desatualizado, despreparado para tal comprometimento com a gestão de uma empresa. A ignorância por parte desses microempresários pode ser a maior causa da não aplicação de um sistema de controle de caixa ou de qualquer outro setor que seja.

O objetivo geral dessa pesquisa trata-se em explicar o fato de muitos empresários ainda não adotarem a Demonstração de Fluxo de Caixa como instrumento de controle financeiro dentro da empresa. Trazendo consigo outros objetivos que nortearão a estrutura desse trabalho como demonstrar a importância do Fluxo de Caixa em micro e pequenas empresas, caracterizar e demonstrar os conceitos das Micro e Pequenas Empresas, aprofundar estudo sobre a DFC com o intuito de melhor entender o seu papel como demonstrativo, Identificar causas da indiferente relação entre microempresário e o fluxo de caixa, captar informações relacionadas a este estudo nas microempresas do setor comercial no ramo de vestuário do Shopping da Cidade.

O fato de muitas MPEs não resistirem aos momentos de crise econômica no país torna-se preocupante quando se sabe o que elas representam na economia do

Brasil. Um empresa mesmo pequena, contribui para o crescimento e desenvolvimento social em se tratando de movimentação econômica nacional. Para uma economia nacionalmente equilibrada, tendo em vista o cenário econômico fragilizado, é necessário uma conscientização que busca continuidade e crescimento como foco nas micro e pequenas empresas, nas quais são geradas também renda para milhares de pessoas. Para que se tenha uma noção, segundo o Sebrae - NA, existem 8 milhões de estabelecimentos. Desse total 99% são MPEs. Elas fazem juntas 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado, responsável também por 27% do PIB - Produto Interno Bruto, sendo que em outros países esse número chega à 57% como na Argentina, fruto de uma boa administração empresarial e política no que diz respeito às MPEs.

Para se alcançar os objetivos previamente estabelecidos será necessário pesquisa bibliográfica, consulta de autores, artigos e outras monografias com temas relacionados como uma grande parte introdutória, que auxiliará na identificação dos conceitos e conhecimento do assunto relacionado ao levantamento de dados feito em microempresas do ramo de vestuário do Shopping da Cidade através de um questionário. Essa pesquisa em sua metodologia, classifica-se como qualiquantitativa quanto a sua abordagem, bibliográfica e de levantamento quanto aos procedimentos técnicos, e explicativa quanto ao seus objetivos. Uma técnica de análise utilizada neste trabalho é a Escala de Likert, que será aplicada em alguns questionamentos da entrevista. Esta pesquisa está subdividida em 3 partes, a primeira trata da fundamentação teórica, o segundo da metodologia utilizada para alcance dos objetivos e o terceiro trata da análise e considerações finais desse estudo.

CAPÍTULO I

1.1 MARCO CONCEITUAL

A contabilidade é um instrumento indispensável na vida financeira tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, pois ela ajudará na tomada de decisões importantes às quais almejam-se que deem certo e tragam resultados satisfatórios e promissores. Para se chegar a esses resultados faz-se necessário o uso dos demonstrativos contábeis que auxiliarão na tomada de decisões, visto que são relatórios que expõem informações sobre o capital da empresa.

O CPC 00 (2008, p.07) diz que: o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

O CPC 00 já discorre bem sobre o objetivo geral das demonstrações contábeis, essas demonstrações trazem uma carga grande de informações que bem analisadas podem levar continuidade e crescimento à empresa. Nesses relatórios podemos entender como está o funcionamento da empresa, em termos financeiros e econômicos. Podem-se notar as diversas transformações do capital de giro, a capacidade de pagamento, capacidade de liquidez e outras mais.

Este estudo tratará especificamente da DFC e para dar início a esse estudo precisaremos que alguns termos sejam claramente conceituados neste capítulo para fins de esclarecimentos conceituais, técnicos e metodológicos. Todos os conceitos serão dispostos em uma ordem de forma que um complemente o outro e auxilie ainda mais na sua compreensão.

1.1.1 CAIXA

Nada mais lógico que começar pelo conceito de Caixa, que no plano de contas corresponde ao dinheiro que uma empresa possui guardado no próprio estabelecimento.

Caixa é o dinheiro em poder da própria empresa, segundo Ribeiro (2010, p. 419).

No entanto, no contexto que aqui será utilizado, Caixa corresponde a todas as disponibilidades da empresa, como o próprio Caixa primeiramente conceituado, Bancos conta Movimento e Aplicações de Liquidez Imediata. Entende-se então que o conceito de Caixa na DFC, corresponde ao grupo de contas Disponibilidades disposto no Plano de Contas.

Greco, Gärtner e Arend (2009, p. 130) conceituam dessa forma: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor; Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e equivalentes de caixa.

Ribeiro (2010, p. 419) afirma que equivalentes de caixa abrangem de certa forma todos os investimentos efetuados pela empresa, resgatáveis em até três meses e que tenham altíssima liquidez.

1.1.2 FLUXO DE CAIXA

Fluxo está relacionado a movimento contínuo, e é justamente isso que acontece com o Caixa de uma empresa. Logo entende-se que Fluxo de Caixa é a constante movimentação do Caixa e seus equivalentes, por meio de entradas e saídas.

O CPC 03 (2010, p. 03) diz que: Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa e que Equivalentes de Caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O conceito disponível no site do SEBRAE diz que Fluxo de Caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuro todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado. Nesse conceito ele fala sobre a projeção do fluxo de caixa que será aprofundado mais adiante neste estudo.

Para entender esses fluxos, na DFC, todas as transações são classificadas de acordo com a sua categoria. O inciso I do artigo 188 da Lei nº 11.638/07 em conformidade com o CPC 03 estabelecem que na DFC as movimentações devem

ser divididas de acordo com a sua atividade relacionada, se Atividade Operacional, Atividade de Investimento ou se Atividade de Financiamento.

De acordo com Ribeiro (2010, p. 420), as Atividades Operacionais englobam as transações que se originaram do objeto social da empresa, como por exemplo recebimento de vendas, pagamentos de fornecedores e outras que possam se enquadrar neste grupo; Atividades de Investimentos são as transações com os Ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras empresas e de Ativos utilizados na produção dos bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da empresa; e Atividades de Financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Entendemos então que fluxo de caixa são as entradas e as saídas de dinheiro que alteram o saldo final do caixa divididas em três tipos de atividades: As atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamentos, que poderão servir de instrumento para fins decisórios e para projetar cenários futuros.

1.1.3 DFC

A DFC é o relatório que acumula todas as transações das atividades anteriormente mencionadas, demonstrando saldo inicial e final, com finalidade de fornecer informações que possam ser utilizadas no momento da tomada de decisões. Ribeiro (2010, p. 419) diz que DFC é um relatório que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa.

O inciso I do artigo 188 da Lei 11.638/07 conceitua DFC como as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

1. Das operações;
2. Dos financiamentos; e
3. Dos investimentos;

Nele estarão sendo demonstradas as alterações que ocorreram no saldo do caixa. Seja positivo ou negativo, é importante conhecer como e porque essas alterações acontecerem.

Da obrigatoriedade a Lei 11.638/07 no artigo 176, inciso V e § 6º fala que a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

A DFC, pela Legislação societária, não fazia parte do quadro de demonstrações obrigatórias até a vinda da Lei 11.638/07 que faz da DFC um relatório obrigatório em substituição a DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, por ser mais fácil de se compreender, visto que, a DOAR, que era mais rica em informações, também era complexa demais para que os investidores que atuam no mercado de capitais entendessem de forma clara e precisa.

1.1.3.1 OBJETIVO

Assim como os outros relatórios possuem a sua importância, a DFC também tem a sua. Ela propicia ao usuário informações que serão utilizadas para análise no processo de tomada de decisão. Ela demonstra toda a situação do caixa de forma fácil e clara, e o caixa é um ativo de muita importância dentro da vida econômica de uma empresa, e até mesmo de uma pessoa física.

Atentemos para o que FIPECAFI (2010, p.565 apud Costa 2011 p.118) tem a dizer sobre o objetivo desse demonstrativo: O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Partindo dessa ideia, podemos criar outro objetivo para esse relatório que é analisar DFCs anteriores e projetar um a ser seguido, ou usado como uma linha norteadora que irá levar a resultados que se esperam ter no futuro próximo ou longe.

1.1.3.2 ESTRUTURA

O CPC 03 trata que a elaboração da DFC deve ser feita seguindo uma estruturação regida por três atividades:

1. Atividades Operacionais: são aquelas não classificadas como de investimento ou financiamento, que estão ligadas a atividade fim da empresa geradas a partir da produção e receitas de vendas ou de

serviços prestados. Podemos tomar como exemplo de fluxo de entrada de caixa as vendas de produtos ou serviços e de fluxo de saída de caixa aquisição de matéria prima, entre outros.

2. Atividades de investimento: são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.
3. Atividades de financiamento: são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Além disso, existem dois tipos de elaboração, a direta e a indireta. Nos próximos tópicos apresentaremos a estruturação de cada uma.

1.1.3.3 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO

1.1.3.3.1 DIRETO

No método direto os recursos extraídos das operações são apontados a partir do recebimento e pagamentos decorrentes das operações comumente desenvolvidas durante o exercício. Como o próprio nome já diz, esse método é bem direto e específico, principalmente quanto as atividades operacionais, que devem estar intimamente ligadas a atividade fim da empresa, como recebimentos a vista e a prazo de clientes, pagamentos de fornecedores e outros. Na verdade, a diferença do método direto para o indireto está nas atividades operacionais.

Segundo a FIPECAFI (2010, p.573 apud Costa 2011 p. 120): o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados.

A elaboração pode ser seguida como no exemplo abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimento de clientes

Pagamento de fornecedor

Pagamento de despesas

Caixa líquido atividades operacionais

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de Ações (Part.Outras Cias)
 Aquisição de Móveis e Utensílios
 Aquisição de Terrenos
 Caixa líquido atividades de investimento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aquisição empréstimos curto prazo
 Aumento de capital
 Pagamento de dividendos
 Caixa líquido atividades de financiamento
 Variação de Caixa e Equivalentes

Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes

Saldo Final de Caixa e Equivalentes

Fonte: Costa (2011, p.123)

1.1.3.3.2 INDIRETO

No método indireto as atividades de investimento e de financiamentos não possuem nenhuma alteração no modo de elaboração, o que diferencia o método direto do método indireto está nos recursos derivados das atividades operacionais que não apresentarão os reais recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores, mas serão apresentados a partir do lucro líquido do exercício considerando as variações que acontecem nas contas patrimoniais relacionadas à DRE.

Ribeiro (2010, p. 424) diz que por esse método os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustado pela adição das despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o caixa da empresa, isto é, que não apresentaram saídas ou entradas de dinheiro, bem como pela exclusão das receitas realizadas no exercício e recebidas no exercício anterior e pela adição das receitas recebidas antecipadamente que não foram consideradas na apuração do resultado, porém, interferiram no caixa da empresa.

Para melhor entendimento, logo abaixo está disposta a estruturação deste método:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 ATIVIDADES OPERACIONAIS
 Lucro Líquido
 (+/-) Ajustes

Depreciação
 Variações nos Ativos e Passivos
 Variação em duplicatas a receber
 Variação em estoques
 Variação em fornecedores
 Variação em imposto de renda a recolher
 Caixa líquido atividades operacionais

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
 Aquisição de Ações (Part. Outras Cias)
 Aquisição de Móveis e Utensílios
 Aquisição de Terrenos
 Caixa líquido atividades de investimento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
 Aquisição empréstimos curto prazo
 Aumento de capital
 Pagamento de dividendos
 Caixa líquido atividades de financiamento
 Variação de Caixa e Equivalentes

Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes
 Saldo Final de Caixa e Equivalentes
 Fonte: Costa (2011, p.125)

Não se pode elaborar a DFC sem pesquisar em outros demonstrativos como Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício as informações necessárias a esse relatório. A separação das atividades é feita para que se possa ter uma visão mais clara da movimentação do caixa, facilitando no momento de análise desse demonstrativo.

1.1.4 MPE

Este estudo tratará sobre a importância da DFC nas MPEs, então, faz-se indispensável falar sobre elas, as MPEs. Micros e Pequenas Empresas tem como sigla MPE que é mais comumente utilizada para indicar o porte de empresas em função do rendimento anual, número de funcionários e etc. Nela está enquadrada a ME e EPP, que é, respectivamente a Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte. De acordo com o critério da Receita Bruta, o SEBRAE destaca que Microempresa é a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que auflira em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a

R\$ 360.000,00. Destaca ainda que a EPP é a que aufera receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou menor que R\$ 3.600.000,00. No entanto, o limite máximo da receita para EPPs foi alterado pela lei complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016 e atualizando as informações, temos a seguinte atualização da receita bruta para as MPEs:

A lei 123/2006, no artigo 3^a incisos I e II, diz que: I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Empreender se popularizou e é muito comum ser microempreendedor nos dias de hoje. A facilidade para essas pequenas empresas tem aumentado à medida que aumenta também a população. As MPEs possuem legislação própria conhecida como Lei Geral, ela trata tudo sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A Lei Geral está baseada na Lei Complementar Federal 123/2006, instituída em 14 de Dezembro de 2006, ela é quem dá suporte à ME e EPP. Através dela que as MPEs tem recebido total apoio ao crescimento. Pela Lei Geral também foi instituído o regime tributário conveniente ao porte dessas empresas, o Simples Nacional possui uma carga de impostos reduzida e simplificada.

A Lei Geral também fala do tratamento diferenciado para MPE e tem como gestoras desse tratamento o CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional, o Fórum Permanente das MPEs e o CGSIM - Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresa e Negócios, esses órgãos são os responsáveis pelo tratamento diferenciado quando surgir alguma nova obrigação que possa afetar as MPEs.

A Lei Geral (2007, p. 07) trata das atribuições de cada órgão:

I – Comitê Gestor de Tributação: vinculado ao Ministério da Fazenda, é composto por representantes da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria da Receita Previdenciária, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Atribuições: Tratar dos aspectos tributários do Simples Nacional, especialmente da regulamentação de pontos imprescindíveis para boa aplicação do Simples Nacional.

II – Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, contará com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Atribuições: Tratar dos demais aspectos da lei, devendo, para tanto, orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das MPEs, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação.

A Lei Geral também dá prioridade as MPEs nas licitações públicas, assim estimula o desenvolvimento delas, e pra assegurar esse tratamento diferenciado ela definiu que a administração pública deverá obedecer alguns critérios como por exemplo realizar licitações exclusivas para os pequenos negócios nas compras com valor até R\$ 80.000,00 e exigir dos licitantes a subcontratação de MPE, e outras disposta na Lei 123/2006.

Além dessas vantagens, as MPEs, através da Lei Geral tem ainda vários outros tratamentos diferenciados, até mesmo em questões trabalhistas, incentivando ainda mais a abertura de novos pequenos negócios e inovando ainda mais o mercado, mantendo e alimentando a competitividade das empresas e consequentemente abrindo mais portas de empregos, aumentando o PIB nacional e trazendo ainda mais inovações no mercado que acaba incentivando também o consumidor final de comprar mais ou contratar mais serviços que lhe proporcionam ainda mais comodidade.

1.2 MARCO REFERENCIAL

1.2.1 IMPORTÂNCIA DAS MPES NO BRASIL

Como já foi dito no tópico anterior, as MPEs são muito importante para a economia nacional. Atualmente, as MPEs são maioria no mercado. Sabe-se que toda e qualquer empresa paga impostos e de outras formas também contribuem para a nação à medida que elas necessitam comprar produtos para revenda, matéria prima para fabricação dos próprios produtos, materiais para prestação de serviços, colaboradores, os quais receberam o devido salário para poderem também comprar alimentos, roupas e outros, para si mesmos e para a sua família.

As Micro e Pequenas Empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (SEBRAE e UGE, 2014, p. 06).

O PIB é o Produto Interno Bruto, e ele representa todos os bens e produtos de uma determinada região. Em todo o Brasil o PIB gerado somente pelas MPEs representa 53,4%, mais da metade do PIB nacional. Numa pesquisa disponibilizada pelo site do SEBRAE recentemente as MPEs estavam quase que totalizando o número de empresas no Brasil. De todas as 8 milhões de empresas no Brasil, 99% são MPEs.

Em relação ao número de empresas as MPE representaram, em 2011, nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas. (SEBRAE e UGE, 2014, p. 07)

Esse percentual vem resistindo desde 2009 em se tratando do setor Comércio, as MPEs sempre com a grande maioria como o que está disposto na tabela abaixo:

Tabela 01
Setor Comércio – Empresas – 2009 a 2011.

COMÉRCIO						
Número de empresas						
Ano	Micro Empresas	Pequenas Empresas	Micro e Pequenas Empresas	Médias Empresas	Grandes Empresas	Total
2009	89,6%	9,7%	99,2%	0,5%	0,3%	100%
2010	89,2%	9,9%	99,2%	0,5%	0,3%	100%
2011	89,3%	9,9%	99,2%	0,5%	0,3%	100%
Média 2009/2011	89,4%	9,8%	99,2%	0,5%	0,3%	100%

Fontes: Sebrae e FGV, a partir de dados do IBGE (apud SEBRAE e UGE, 2014, p. 37).

Na tabela, enquanto que as MPEs representam 99,2% do total de empresas no Brasil, as médias e grandes empresas representam apenas 0,3%, um percentual muito pequeno. Observando agora o pessoal ocupado nas MPEs nota-se a grande importância que elas tem na economia brasileira, elas tem sido responsável por 44% dos empregos formais em serviços, e aproximadamente 70% dos empregos gerados no comércio segundo o SEBRAE e UGE (2014, p. 07). No comércio, o pessoal ocupado de 2009 a 2011 tem os seguintes percentuais de acordo com o porte das empresas. O percentual de pessoal ocupado pelas MPEs supera e muito o percentual de pessoal ocupado por médias e grandes empresas, que são uma média de 69,5% e 30,5% respectivamente.

Tabela 02
Setor Comércio – Pessoal Ocupado – 2009 a 2011.

Pessoal Ocupado						
Ano	Micro Empresas	Pequenas Empresas	Micro e Pequenas Empresas	Médias Empresas	Grandes Empresas	Total
2009	41,2%	28,3%	69,5%	5,7%	24,8%	100%
2010	39,8%	28,3%	68,2%	5,8%	26,0%	100%
2011	40,4%	27,6%	67,9%	5,6%	26,5%	100%
Média 2009/2011	41,2%	28,3%	69,5%	5,7%	24,8%	100%

Fontes: Sebrae e FGV, a partir de dados do IBGE (apud SEBRAE e UGE, 2014, p. 38).

No setor de Serviços os percentuais das MPEs representam 98,1% enquanto que as médias e grandes empresas representam apenas 1,9%. Tanto no setor de Comércio quanto no de Serviços a predominância das MPEs é notória.

Tabela 03
Setor Serviços – Empresas – 2009 a 2011.

SERVIÇOS						
Número de empresas						
Ano	Micro Empresas	Pequenas Empresas	Micro e Pequenas Empresas	Médias Empresas	Grandes Empresas	Total
2009	86,3%	11,8%	98,1%	1,0%	0,9%	100%
2010	85,9%	12,2%	98,1%	1,0%	0,9%	100%
2011	87,0%	11,2%	98,2%	0,9%	0,9%	100%
Média 2009/2011	86,4%	11,7%	98,1%	1,0%	0,9%	100%

Fontes: Sebrae e FGV, a partir de dados do IBGE (apud SEBRAE e UGE, 2014, p. 35).

Já o pessoal ocupado no setor de Serviços é menor em relação às médias e grandes empresas, observe na tabela abaixo:

Tabela 04
Setor Serviços – Pessoal Ocupado – 2009 a 2011.

Pessoal ocupado						
2009	22,1%	21,2%	43,3%	6,8%	49,9%	100%
2010	21,2%	22,0%	43,2%	6,7%	50,1%	100%
2011	23,1%	21,0%	44,1%	6,6%	49,4%	100%
Média 2009/2011	22,1%	21,4%	43,5%	6,7%	49,8%	100%

Fontes: Sebrae e FGV, a partir de dados do IBGE (apud SEBRAE e UGE, 2014, p. 35)

A ocupação de pessoal das MPEs é baixa em relação as médias e grandes empresas pelo ramo de atividade dessas grandes empresas que segundo o SEBRAE e UGE (2014), são geralmente empresas de Telecomunicações que precisam de um número grande de colaboradores, como empresas de serviços de telemarketing. No entanto, ainda pode ser considerado um número bom visto o porte dessas que geralmente, realmente não necessitam de muita mão de obra em comparação com as grandes e médias empresas.

A maior concentração em empresas de maior porte deve-se ao fato de que, neste setor, estão classificadas as grandes empresas, como por exemplo, as de Telecomunicações e a de Correios. (SEBRAE e UGE, 2014 p. 34)

1.2.2 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE NAS MPES

As MPEs, pelo seu porte, são ainda mais frágeis e suscetíveis à descontinuidade. Com essa preocupante situação é que se faz necessário o controle do fluxo de caixa. Ainda que não obrigatória, a DFC ajudará bastante no tomar de decisões, no controle do caixa, e de certa forma na saúde da empresa. Controlar os fluxos de caixa facilita no momento do planejamento e na elaboração de projetos para períodos futuros.

Como a DFC não é obrigatória para as MPEs, pouco se vê que elas elaborem este demonstrativo. No entanto, esse demonstrativo também é importante no momento decisivo em uma MPE, principalmente quando se tem o objetivo de crescimento do empreendimento, tanto em termos materiais como mais produtos para venda, mais materiais para prestação de serviços, mais pessoal qualificado, até aumento do espaço de trabalho, quanto na apuração do lucros com o aumento na geração de receitas com vendas ou prestação de serviços. Enfim, uma coisa vai levando a outra, de forma que desencadeia uma série de fatos decorrentes de decisões atenciosamente ou não, tomadas para um objetivo específico.

O CPC PME (2009), aplicado às pequenas e médias empresas enfoca na descrição das PMEs ou MPEs dessa forma:

1.2 Pequenas e médias empresas são empresas que: (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

A não obrigatoriedade faz com que os microempreendedores não liguem para elaborar os relatórios, esquecendo ou mesmo desconhecendo que esses demonstrativos podem auxiliar bastante na administração do negócio. É importante poder mudar esse conceito e ajudar muitas empresas terem a chance de crescer no mercado fazendo com que percebam a importância do fluxo de caixa e da elaboração da DFC para fins avaliativos da própria empresa e para projeções que possam nortear o futuro econômico da mesma.

Os microempreendedores geralmente tendem a não observar muito para esse lado mais cuidadoso em relação ao fluxo de caixa. O pensamento mais conhecido por pessoas mais prudentes é não fazer dívidas, mas, como prosseguir com um negócio sem endividar-se um pouco que seja, visto que é necessário sempre comprar matéria prima e nem sempre será possível comprar à vista? Outros menos prudentes já endividam-se além do necessário e adequado à sua situação econômica que podem levar a mais outra dívidas, como pegar um empréstimo para pagar outro empréstimo. Essas coisas são muito comuns de acontecer, podem até mesmo serem classificados como clichês sociais.

1.2.3 CONTROLE E TIPOS DE CONTROLE

Controle é um processo ativo que procura manter o planejamento dentro de seu curso inicial. Uma boa definição de controle administrativo é o processo por meio do qual os administradores sabem que as atividades efetivas estarão de acordo com as atividades planejadas (Kwasnicka, 2004 p. 262). Silva (2009 p. 81) também conceitua que controle é o processo administrativo que consiste em verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e as ordens dadas, bem como assinalar as faltas e os erros, a fim de repará-los e evitar sua repetição.

Todo administrador deve conhecer a sua empresa em cada detalhe, sabendo sempre tudo o que acontece quanto a produção, colaboradores, vendas, pagamentos e tudo que estiver dentro do mundo do seu negócio. Com isso, cabe a ele administrar a sua empresa de modo que sua administração seja eficiente, tomando sempre decisões assertivas e planejando sempre o melhor para a sua empresa.

A missão de controlar uma empresa exige do administrador o desempenho de certas atividades em prol de sua empresa, traçar objetivos e metas a serem

alcançadas, medindo sempre a distância entre o ponto de largada à linha de chegada. Como as responsabilidades, em qualquer situação, sempre caem sobre o administrador da empresa, existe uma cobrança interna de que é preciso manter o controle. Controlar, também significa traçar plano A e B, sempre saber que podem acontecer imprevistos, e que exige-se estar preparado para as situações advindas de fatores imprevisíveis ou inesperados que possam desviar linha de planejamento traçada.

O planejamento sempre estará ligado ao controle, sem planejar é impossível controlar qualquer tipo de situação quanto mais uma empresa. Sem planejamento, tudo que acontecer dentro do negócio estará fora do controle de seu administrador, acontecendo apenas fatos decorrentes de outros, sem qualquer tipo de conhecimento prévio, podendo fazer com que a empresa esteja exposta a vários risco e sofrê-los por ignorância dos fatos. É no planejamento que se estabelecem planos, objetivos e metas e Kwasnicka (2004 p.262) diz que o processo de controle mede o progresso rumo as metas e permite que se descubram os possíveis desvios a tempo de tomar medidas corretivas.

A avaliação, quando é feita, é comparada a padrões de comportamento não necessariamente ligados a planejamento, mas a modelos existentes dentro de seu universo enquanto empresa (Kwasnicka, 2004 p. 263). Kwasnicka quis dizer que cada empresa estabelece seu padrão de controle, que não existe um padrão de controle universal a ser seguido, a avaliação da empresa deve ser feita em comparação ao seus próprios modelos de planejamento.

Kwasnicka também estabelece que existem três momentos de controlar chamados de pré-controle, controle contínuo e controle histórico.

O Pré-controle ou Preventivo: qualquer técnica que possibilite identificar o problema antes de ele ocorrer é considerada pré-controle, tais como orçamento de caixa, previsão de vendas. Controle contínuo: Mede os desvios à medida que ocorrem. Apesar de não ser tão ideal como o pré-controle, ele pode evitar grandes danos. Controle histórico: a grande maioria dos valores avalia os resultados após a ocorrência do fato. Se alguma ação corretiva necessita ser tomada, ela será em função de evitar que os erros ocorram novamente. (Kwasnicka, 2004 p. 271).

Existe quatro áreas funcionais de controle segundo Kwasnicka: Produção, Marketing, Pessoal e Finanças. Cada uma dessas áreas tem uma forma específica de controlar, visto que são áreas diferentes uma da outra. O controle de produção tem como medidas de eficiência a qualidade e quantidade de produtos e forma com

que os recursos estão sendo aplicados na produção, através do controle de produção podem se evitar desperdícios e a forma adequada de alocação de recursos. O controle de Marketing define pontos estratégicos de propaganda e divulgação da empresa, através desse controle podem-se encontrar clientes específicos ao ramo da empresa e pontuar estratégias que aumentem o volume de vendas. O controle de pessoal permite que o administrador possua uma visão geral de como está a situação do seu quadro de colaboradores, podendo ele planejar e tomar decisões que possam melhorar o desempenho neste setor, auxiliando também na resolução de problemas. E por fim, o controle de finanças, esse setor é que mais está sendo tratado neste estudo, é neste controle que poderão ser planejados o uso dos recursos financeiros, podem-se determinar se o retorno antecipadamente designado está sendo ressarcido, avaliando os fatores que possam identificar possíveis causas desses resultados.

1.2.4 CONTROLE DE CAIXA

A contabilidade é uma das principais ferramentas de controle de uma empresa. Controlar significa ter conhecimento de todas as atividades que compõem o processo administrativo da empresa, fiscalizando e auxiliando para que tudo saia conforme o esperado. A partir do controle vem a necessidade do planejamento orçamentário, elaboração de demonstrativos e comparabilidade desses mesmos demonstrativos ao longo dos períodos.

Todos esses processos de controle servirão para tomadas de decisões de forma que, se bem planejados e administrados, os resultados serão no mínimo satisfatórios.

O controle de caixa está relacionado ao total conhecimento do que entra e do que sai da empresa que afeta diretamente em suas disponibilidades. Toda e qualquer alteração no saldo do caixa, bancos conta movimento, aplicações de liquidez imediata deve ser analisada de modo que respondam respostas básicas como: “De onde veio? Para onde foi? Porque? Quanto? As alterações foram substanciais?”. Dessa forma tem-se total conhecimento desses fluxos. Mesmo quando são grandes números de movimentações tem como controlar através do planejamento previamente elaborado, e tudo que estiver além do planejado será facilmente notado na análise das demonstrações.

Como já foi dito, o Caixa sofre muitas alterações no decorrer dos processos administrativos, operacionais e financeiros de uma empresa. E por isso necessita de uma atenção voltada para essa movimentação constante, pois qualquer decisão precipitadamente tomada pode trazer sérias consequências reversíveis ou não, e ainda ocasionar séries de problemas mais difíceis ainda de se corrigir.

Segundo Zdanowicz (2004 apud Zanoni, 2011, p. 45) a maneira mais simples de realizar o controle é efetuá-lo diariamente, pois deste modo não se tornará exaustivo, diminuindo margens de erros e obtendo resultados mais rápidos, por eventuais correções.

Logo nota-se que a boa gestão do Caixa é de suma importância para a continuação da empresa, seja qual for o seu porte, visto que sempre é necessário haver valores disponíveis no Caixa de qualquer empresa para eventos inesperados e para suprimento próprio. Para isso é preciso que haja planejamento do Caixa, avaliar a situação do mesmo antes de efetuar qualquer tipo de operação, seja de compra à vista ou compra à prazo; observar antes de efetuar qualquer operação os reflexos que ela poderia causar em um futuro próximo ou longe.

Outra forma seria traçar uma reta a ser seguida, que no decorrer do período não necessitassem ser feitas grandes alterações fora do planejado, obtendo assim ainda mais o controle da situação. Tudo isso pode ser considerado Controle de Caixa.

IUDÍCIBUS, MARION e FARIA (2009, p. 187) dizem que a DFC propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorra excesso de Caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite descobrir o momento de quando buscar empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos.

Zdanowicz (2004 apud Zanoni 2011 p.44) afirma que o controle do fluxo de caixa é tão importante para a empresa quanto o seu processo de planejamento, pois ambos se interligam por meio de uma correlação, sendo apenas deste modo úteis e práticos.

Silva (2006 apud Zanoni 2011 p.45) recomenda que seja feito o controle do realizado versus o planejado diariamente, não deixando tudo para o final do mês, pois assim se torna muito cansativo e acaba por atrasar a elaboração do fluxo de caixa do mês seguinte.

1.2.5 IMPORTÂNCIA DA DFC

Gitman (1997 apud Azevêdo 2008, p. 17) enfoca que situações de dificuldades financeiras ocorrem em todas as organizações, seja no início de suas atividades, ou no decorrer de seu desempenho, sendo assim o fluxo de caixa permite visualizar com antecedência as necessidades financeiras. Toda empresa necessita de um sistema de controle e gestão para que em momentos de dificuldades as medidas certas sejam tomadas de forma que a empresa não sinta tantos reflexos negativos na área mais frágil, a econômico-financeira.

Qualquer pessoa com senso comum, antes de tomar qualquer decisão de compra ou venda ela primeiramente analisa se a situação é favorável e/ou necessária no momento atual, e como isso poderá refletir no futuro. Da mesma forma uma pessoa jurídica faz em um processo de tomada de decisão, nesse caso, analisa bem a situação do caixa e vê se está favorável ou não para que se possa comprar ou vender algum ativo, ou qualquer que seja a operação desde que faça alguma alteração negativa ou positiva no caixa da empresa. Evitando assim, más decisões, acarretamento de despesas e compromissos a curto ou longo prazos que possivelmente não seriam pagos. E mesmo que venham os dias em que as coisas não estarão dando certo, ou conforme o desejado, a análise do fluxo de caixa deverá ser o primeiro passo a ser dado, visto que ele mostra o caminho percorrido e evidenciará o que ocasionou tais desavenças no saldo de caixa. Dessa forma será mais fácil, como disse Gitman, visualizar com antecedência as necessidades financeiras, e assim, tomar medidas corretivas que possam reaver os prejuízos.

Segundo Ferreira (2003 p.13 apud Rodrigues, Ventura e Santos 2010, p. 22), a demonstração do Fluxo de caixa visa evidenciar o confronto entre as entradas e as saídas disponibilizando uma visão das atividades desenvolvidas dentro das disponibilidades e que representam o grau de liquidez da empresa.

O resultado desse confronto é o que dirá como andam as atividades principais da empresa. Ou seja, dirá se o desempenho operacional está satisfatório ou não, dirá ainda o seu grau de liquidez, a capacidade de pagamento das dívidas, se está em condições de comprar novos ativos ou adquirir empréstimos. Oliveira (data desconhecida), em um artigo publicado destacou alguns pontos importantes do fluxo de caixa, como:

Analizar se o volume de recebimentos está sendo superior ao volume de pagamentos ou se está negativo.

Assim, se estiver positivo, ultrapassando o volume de pagamentos, buscar o fator principal do aumento de caixa para que se possa trabalhar em cima do que gerou mais lucratividade, aplicar mais recursos ou investir ainda mais no que ocasionou esse aumento. Se caso, for negativo, buscar também informações suficientes que possam evidenciar a causa, e procurar formas de reverter a situação no próximo fluxo através do planejamento do fluxo de caixa.

Determinar o montante de capital de giro disponível ou não para empresa.

Ao descobrir o capital de giro disponível para a empresa, o empreendedor poderá tomar decisões importantes que possam aumentar a qualidade do serviço/produto, diminuir preços, investir no aumento do negócio e outras mais decisões que resultariam bons lucros, no entanto, se o capital de giro não for suficiente, ele deverá analisar situações que possam aumentar o seu capital.

Saber qual é o melhor momento para comprar e o melhor para pagar.

Através dos fluxos de caixa será possível saber qual momento certo para tudo, como comprar à vista com descontos, ou à prazo com parcelas confortáveis aos saldos mensais, fazendo com que a empresa não se afunde em dívidas e mantenha sempre um caixa livre.

Verificar se o volume das vendas está bom para a empresa.

Ele também auxiliará na verificação do volume de vendas, se está baixo ou alto. Se estiver num volume consideravelmente bom para empresa, projetar um fluxo que aumente ainda mais vendas focando no que ocasionou o aumento passado é uma ótima opção e ainda melhorando-o para que aumentem ainda mais. Se o volume foi baixo, uma dica boa é planejar metas de vendas para melhorar o caixa.

Serve para analisar e projetar cenários futuros.

É necessário analisar fluxo anteriores, que melhorados, possam servir de base para projetar um novo fluxo que prometa melhorar o desempenho e aumentar os saldos finais. Para isso, além de observar os fatores internos, como preço de venda ou prestação de serviço, qualificação de pessoal, atendimento, qualidade do produto/serviço, custos e outros que auxiliaram num bom fluxo de caixa, é

importante observar os fatores externos, como tendência do mercado, a concorrência, período do ano comercial que podem também afetar benéfica ou maleficamente o fluxo de caixa.

Com o fluxo de caixa é possível determinar o percentual de pró-labore.

Um fato muito comum, principalmente em pequenas e micro empresas, é a retirada de valores não previamente calculada por parte dos próprios empreendedores e sócios. O pró-labore deve ser calculado e mensurado conforme a disponibilidade que a empresa possui para pagá-lo. Ele deve ser retirado com prévios cálculos de percentuais confortáveis à empresa, pré-determinado entre sócios, ou pelo empreendedor. Mas, se ao invés disso, forem feitas retiradas avulsas, isso poderá acarretar sérios problemas à empresa. A empresa pode estagnar sem condições de avanço e até mesmo quebrar.

Diante desses pontos verificados por Oliveira podemos listar no quadro abaixo de forma simples e clara para melhor entendimento todos esses pontos e informações importantes que podem ser retirados a partir do fluxo de caixa:

Tabela 05
Pontos de evidência da DFC

Pontos	Descrição
Volume de recebimentos e pagamentos	Avaliar se o confronto de entradas e saídas está positivo ou negativo
Capital de giro	Determinar disponibilidade e indisponibilidade
Tempo	Verificar melhor momento de compra e pagamento
Volume de vendas	Determinar se está bom ou ruim
Cenários futuros	Projetar cenários futuros melhorando o fluxo e o desempenho do caixa
Pró-labore	Pré-determinar percentual conveniente à situação do fluxo

Fonte: autora (adaptação das informações recolhidas de Oliveira)

Uma grande vantagem do fluxo de caixa além de fornecer informações muito importantes, é a facilidade de elaboração por ser de linguagem clara e fácil e de

cálculos básicos que podem ser executados rápida e facilmente. Se observados todos esses pontos em conjunto com certeza o desempenho da empresa aumentará. Dificilmente a empresa se encontrará em dificuldades e se houver de acontecer será por fatores que não estarão relacionados à DFC, como perda de material por fenômenos naturais ou accidentais que estão fora do controle financeiro. No entanto, todos os problemas financeiros e econômicos que sobrevierem serão facilmente manipulados e controlados com uma boa administração de caixa já fincada na empresa.

Segundo Gitman (1997 apud. Azevêdo 2008, p.16), o fluxo de caixa é a espinha dorsal da empresa, sem ele não se saberá quando haverá recursos suficientes para sustentar as operações ou quando haverá necessidade de financiamentos bancários. Empresas que necessitem continuamente de empréstimos de última hora poderão se deparar com dificuldades em encontrar bancos que as financie.

Quando Gitman compara o fluxo de caixa com uma espinha dorsal ele quer dizer que ela define como a empresa posiciona-se. É muito importante saber o posicionamento da empresa sempre de forma atualizada para que, quando vierem momentos difíceis, o empreendedor possa tomar as melhores decisões possíveis. As palavras de Gitman evidenciam ainda mais a importância que o fluxo de caixa tem numa empresa e o quanto ele deve ser ainda mais notado e reparado.

Zdanowicz (2004, p. 41 apud Zanoni, 2011, p.23) destaca os objetivos do fluxo de caixa:

1. Facilitar a análise e o cálculo na seleção das linhas de crédito a serem obtidas junto às instituições financeiras;
2. Programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias;
3. Permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o acúmulo de compromissos vultosos em época de pouco encaixe;
4. Determinar quanto de recursos próprios a empresa dispõe em dado período, e aplicá-los de forma mais rentável possível, bem como analisar os recursos de terceiros que satisfaçam as necessidades da empresa;
5. Proporcionar o intercâmbio dos diversos departamentos da empresa com a área financeira;
6. Desenvolver o uso suficiente e racional do disponível;
7. Financiar as necessidades sazonais ou cíclicas da empresa;
8. Providenciar os recursos para atender os projetos de implantação, expansão, modernização ou recolocação industrial e/ou comercial;
9. Fixar o nível de caixa, em termos de capital de giro;

10. Auxiliar na análise dos valores a receber e estoque, para que se possa julgar a conveniência em aplicar esses itens ou não;
11. Verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa;
12. Estudar um programa saudável de empréstimos e financiamentos;
13. Projetar um plano efetivo de pagamento de débitos;
14. Analisar a viabilidade de serem comprometidos os recursos pela empresa;
15. Participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros.

MARQUES et AL (2009 apud Gonzaga 2012 p.16) resume dizendo que o Fluxo de caixa tem por objetivo básico a projeção das entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimo ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa.

Gonzaga (2012 p.24) diz que, para que se possam tomar decisões assertivas, é fundamental que os administradores estejam embasados em informações claras e completas para conhecerem o comportamento da empresa. Desta forma, poderão escolher as alternativas que forneçam sustentabilidade e colaborem com o desenvolvimento da empresa. A Demonstração do Fluxo de Caixa é um instrumento válido para esse processo devido seu poder de informação.

1.2.6 PROJEÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Para uma boa administração, nada como tentar saber antecipadamente o que vai acontecer no futuro da vida econômica da empresa e ter total controle disso. Sabe-se também que podem acontecer fatos totalmente imprevisíveis e inevitáveis, mas, tem como estar preparado para remediar em situações desse tipo.

Uma forma perfeita para isso é projetar o fluxo de caixa para o período posterior baseado em informações obtidas a partir do fluxo de caixa do período anterior ou atual. Pra isso, será necessário analisar por completo o fluxo de caixa já em mãos com o seu saldo final, e observar todos valores que substancialmente afetaram esse saldo final. De acordo com a forma que essas contas afetaram o saldo do caixa poderão ser estipulados valores a serem alcançados no próximo período. Toda essa avaliação pode ser seguida adotando os pontos importantes destacados por Oliveira anteriormente citados nesta pesquisa.

Paula (2014) disse em um de seus artigos que: Projetar o seu fluxo de caixa é basicamente saber se a sua empresa estará ou não de portas abertas ao final de um determinado período de tempo. O que pode ser mais importante do que isso?

Projetar um fluxo de caixa é mais que uma opção, é uma necessidade da empresa para que ela possa viver saudavelmente. Traçar um plano e seguir uma reta é uma decisão inteligente quando se quer ter sucesso em qualquer tipo de atividade. Para uma empresa é muito importante saber quanto de receita ela deverá auferir e quanto de obrigações ela poderá assumir, dessa forma surge a necessidade de traçar metas de venda e procurar formas de cortar gastos com o que não é necessário para o bem da empresa, ou seja, gastos que podem ser cortados e que depois disso a empresa não sinta nenhum dano em seu desempenho diário.

Com essas atitudes o empreendedor já poderá notar se houve melhora no caixa ou não. Além disso, de acordo com o saldo final, o empreendedor poderá ver a possibilidade de novos investimentos, de inovação no mercado e muitas outras formas que ampliem o negócio tanto em termos materiais quanto financeiros. Tudo isso e um pouco mais o pequeno empresário poderá obter sucesso no negócio se optar por analisar o seu fluxo de caixa e projetar cenários futuros. Talvez, o primeiro pensamento seja de que é muito difícil tomar tais atitudes como instrumento de gestão, no entanto, torna tudo mais fácil.

Paula (2014) afirma que: O Fluxo de Caixa, além de auxiliar no controle financeiro da sua empresa, é uma importante ferramenta para a tomada de decisões. O correto controle de Fluxo de Caixa, aliado a uma boa Projeção de Fluxo de Caixa mostra de forma direta e objetiva se a empresa terá dinheiro em caixa para saldar seus compromissos financeiros em um determinado período futuro ou não.

Se torna mais fácil porque o pequeno empresário saberá quando e como deverá as coisas, em vez de fazer sem planejamento e acabar trazendo fortes consequências do não planejamento. Paula (2014) destaca ainda que é importante para a empresa conhecer os prazo médios de pagamento e prazos médios de recebimento, por que assim ela poderá assumir e pagar suas obrigações no momento certo.

Prazos Médios de Pagamento: é o tempo entre a data da compra e o pagamento efetivo ao fornecedor. Por exemplo, se sua empresa compra matérias-primas e paga seu fornecedor em duas vezes (1+1), seu prazo médio de pagamento vai ser de 50% a vista e 50% em 30 dias.

Prazos Médios de Recebimento: é o tempo entre a venda e o efetivo recebimento do dinheiro. Por exemplo, se sua empresa vende parcelado em 3x sem entrada, seu prazo médio de recebimento vai ser de 33% em 30 dias, 33% em 60 dias e 34% em 90 dias.

Palavras de Rodrigues, Ventura e Santos (2010, p. 16): Portanto, o fluxo de caixa projetado tem como objetivo principal a informação quanto às entradas e saídas dos recursos financeiros da organização num determinado período, podendo ser projetado a curto prazo, onde deve buscar identificar os excessos de caixa ou a escassez desses e a longo prazo visando obter, além dessas informações, outros dados importantes, tais como: A capacidade de geração de recursos necessários para custear suas operações, determinação do capital de giro num período, determinação do índice da eficiência financeira da organização e o grau de dependência de recursos de terceiros.

Ferreira (2003 p.19 apud Rodrigues, Ventura e Santos 2010, p. 25), diz que o planejamento do fluxo de caixa é de grande importância para a eficiência econômico-financeira e gerencial, quer seja ela para empresas de pequeno, médio ou grande porte, por proporcionar uma visão antecipada da necessidade de numerários para atender aos pagamentos dos compromissos, considerando os prazos para cumpri-los.

O fluxo de caixa projetado de uma empresa tem várias finalidades. Sendo a principal informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Tendo como outras finalidades planejar a contratação de empréstimos e financiamentos, maximizar o rendimento das aplicações das sobras de caixa, avaliar o impacto financeiro de variações de custos e avaliar o impacto financeiro de aumento das vendas disse Santos (2001 apud Zanoni, 2011, p.24).

O equilíbrio financeiro é o desejo de qualquer empresário independente do seu porte, o fluxo de caixa projetado pode auxiliar na realização desse desejo. Zdanowicz (2004, p. 43 apud Zanoni, 2011, p.25) apresenta algumas características que mostram se uma empresa é financeiramente equilibrada ou não, como:

1. Há permanente equilíbrio entre os ingressos e os desembolsos de caixa;
2. Aumenta a participação de capital próprio, em relação ao capital de terceiros;
3. É satisfatória a rentabilidade do capital empregado;
4. Nota-se que os prazos médios de recebimento e pagamento tendem a estabilizar-se;
5. Não há imobilizações excessivas de capital, nem ela é insuficiente para o volume necessário de produção e comercialização;
6. Não há falta de produtos prontos ou mercadorias no atendimento das vendas.

E para melhor representar ZDANOWICZ (2004, P. 44 apud Zanoni, 2011, p.26) fez um quadro exemplificando essas características:

Quadro 01
Falta de Recursos na Empresa



Fonte: ZDANOWICZ (2004, P. 44 apud Zanoni, 2011, p.26).

CAPÍTULO II

Para a confecção de qualquer trabalho científico são necessários alguns caminhos a serem seguidos, e este estudo não é diferente. A utilização dos procedimentos a serem seguidos que serão mencionados, tornará possível alcançar os objetivos previamente estabelecidos.

2.1 MÉTODO UTILIZADO

Os métodos utilizados para elaboração deste trabalho definem o tipo de pesquisa em que ela pode ser enquadrada. Através da pesquisa bibliográfica revela-se o assunto sob o ponto de vista de alguns autores, e através de leis e pronunciamentos técnicos que dizem respeito ao assunto, que possam servir de base para melhor entendimento da busca de respostas que dizem respeito a esta pesquisa. Utilizou-se o método Indutivo na busca de conhecer motivos e causas da não elaboração da DFC nas MPEs.

Bacon (1561-1626 apud UFRGS, 2009, p. 26), um dos fundadores do Método Indutivo, considera:

- I. As circunstâncias e a frequência com que ocorre determinado fenômeno;
- II. Os casos em que o fenômeno não se verifica;
- III. Os casos em que o fenômeno apresenta intensidade diferente.

A partir da observação, é possível formular uma hipótese explicativa da causa do fenômeno. Portanto, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis. (UFRGS, 2009, p. 27)

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

2.2.1 QUANTO À ABORDAGEM

Esta pesquisa propõe-se a procurar motivos que possam explicar a não aplicação do controle do fluxo de caixa nas médias e pequenas empresas. Os resultados finais desta pesquisa não serão numéricos, mas sim, aspectos e motivos reais que levam os pequenos e microempresários a não usarem o controle do fluxo de caixa.

UFRGS (2009, p. 32) diz que os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o por- quê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Por esse motivo essa pesquisa, quanto a sua abordagem, caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, podendo ser chamada quali-quantitativa.

2.2.2 QUANTO À NATUREZA

Quanto a sua natureza, essa pesquisa configura-se como uma pesquisa aplicada pois busca a solução prática para um problema específico envolvendo comportamentos reais.

Diz a UFRGS (2009, p. 35), Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

2.2.3 QUANTO AOS OBJETIVOS

A caracterização dessa pesquisa quanto aos seus objetivos torna-se clara, visto que os objetivos são mostrar a conceituação dos elementos parte deste estudo, demonstrar o ponto de vista de outros autores, buscar explicações para comportamentos específicos detalhados nesta pesquisa. Esses objetivos caracterizam essa pesquisa como exploratória e explicativa, pois segundo (GIL, 2007 apud UFRGS, 2009, p.35):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007 apud UFRGS, 2009, p.35). Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas com base na análise das informações coletadas. Segundo Gil (2007, p. 43 apud UFRGS, 2009, p.35), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto

que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

2.2.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Esta pesquisa, quanto aos procedimentos configura-se inicialmente como pesquisa bibliográfica, pois segundo FONSECA (2002, p. 32 apud UFRGS, 2009, p.37) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Esta pesquisa envolve em sua segunda parte um levantamento de informações através de entrevista direta com pessoas, levando-a ser configurada em dois tipos de pesquisa, a bibliográfica e a de levantamento.

2.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Um dos objetivos deste trabalho é identificar possíveis causas da não aplicação de controle de fluxo de caixa em microempresas, delimitado às microempresas do ramo de vestuário do Shopping da Cidade que possui 987 lojas deste ramo. Definiu-se como tamanho de amostra dez por centro do universo das lojas existentes, totalizando noventa e oito lojas.

2.4 HIPÓTESES

Já conhecida a importância que o controle de fluxo de caixa e a elaboração da DFC tem numa empresa, procura-se portanto saber porque muitas MPEs, em sua maioria na verdade MEs, não aplicam o controle de fluxo de caixa e/ou elaboram a DFC para manter-se inteirado de suas entradas e saídas de fato. Antes de analisarmos os dados coletados das entrevistas, vejamos algumas hipóteses, possíveis respostas a esse problema.

HIPÓTESE 1: A falta de conhecimento por parte dos administradores das MEs em relação a real e significativa importância de um controle de fluxo de caixa.

HIPÓTESE 2: Os microempresários entendem a importância do controle de fluxo de caixa, mas, não veem necessidade de controle pelo porte de sua empresa.

2.5 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

O levantamento foi feito por meio de um questionário entregue a 98 de microempresas do ramo de vestuário do Shopping da Cidade em Teresina no estado do Piauí, sendo que apenas 38 dos questionários emitidos foram adequadamente respondidos, por não disponibilidade de tempo do microempresário no período de aplicação ou simplesmente por recusa.

Segundo a UFRGS (2009, p.69) questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

2.6 TECNICA DE COLETA DOS DADOS

Segundo Yin (2005 apud Lima et al 2012), obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos.

Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador.

Gil (2009 apud Lima et al 2012) observa que nos experimentos e nos levantamentos, antes da coleta de dados, são realizados testes para garantir validade e fidedignidade aos instrumentos; o que não costuma ocorrer nos estudos de caso.

No presente trabalho foi utilizada a seguinte técnica de coleta de dados:

- Aplicação de Questionário;

O questionário está composto por treze questionamentos, sem espaço para identificação da empresa ou entrevistado, visto que além de não ser necessário para

a pesquisa, os entrevistados sentiam-se mais à vontade em responder o questionário.

O questionário teve a seguinte subdivisão:

4 questões sobre o perfil da empresa pesquisada

2 quanto a forma de atuação da empresa no mercado

7 quanto a forma de gestão e controle financeiro dos fluxos de caixa da empresa

Com essa estruturação e formulação de perguntas, tornou-se viável a análise das respostas e elaboração deste estudo. O referido questionário pode ser encontrado nos apêndices deste trabalho.

2.7 TÉCNICA DE ANÁLISE UTILIZADA NA INVESTIGAÇÃO

O estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados variados. Assim, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise (de conteúdo, descritiva, inferencial, de discurso, documental, etc.).

A técnica de análise utilizada nesta pesquisa é a escala de verificação Likert.

Junior e Costa (2014. p.4) disseram em seu artigo: O modelo mais utilizado e debatido entre os pesquisadores foi desenvolvido por Rensis Likert (1932) para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância.

Para avaliar o comportamento dos microempresas frente ao fluxo de caixa, e melhor técnica de avaliação e análise é a Escala de Likert.

O estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados variados. Assim, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise (de conteúdo, descritiva, inferencial, de discurso, documental, etc.).

QUADRO 02

Exemplo de escala de Likert.

ESTOU SATISFEITO COM O SERVICO RECEBIDO:				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Junior e Costa (2014. p.5)

CAPÍTULO III

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise tem como base as respostas que os entrevistados forneceram durante a aplicação do questionário. A ordem de análise das questões será feita de acordo com os tópicos do questionário, que são em número de 3:

- a. Perfil das empresas pesquisadas;
- b. Forma de atuação; e
- c. Forma de gestão e controle financeiros dos fluxos de caixa.

Os dados coletados neste questionário são informações que qualificam o controle de fluxo de caixa da empresa, e que também demonstram o grau de conhecimento dos microempresários a respeito do fluxo de caixa.

A análise dos dados informados pelo microempresários, deram suporte apenas para interpretação de algumas informações. A análise através dos dados pôde-se perceber fatores importantes para este estudo que podem influenciar no resultado da pesquisa, sem pré-julgamento, apenas com observação lógica. Segundo a metodologia utilizada por Likert:

A grande vantagem da escala de Likert é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Adicionalmente, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram esta escala contribuiu positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas (COSTA, 2011 apud Junior e Costa 2014. p.5)

Assim, as perguntas e respectivas respostas serão adaptadas à escala de Likert para melhor entender o nível de conhecimento dos microempresários, gestores em relação a sua seriedade financeira, controle de caixa, de organização e conhecimento quanto ao controle de fluxo de caixa por parte de seus administradores.

3.1.1 PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Este tópico diz respeito a quantos tempo de atuação no mercado a empresa possui, quantos administradores e quantos colaboradores. Para fins de clareza a primeira pergunta feita foi a forma de constituição da empresa, se ME ou EPP, e

como já se sabe, como está disposto na tabela 06, cujo resultados tem como total as empresas tipo ME.

Quanto ao número de anos, a maioria das empresas apresenta ter mais de 5 anos. Como o questionário não tinha a opção, dentro desses 71,05%, no momento de aplicação do questionário, alguns administradores informaram ter em torno de 10 a 15 anos. A partir dessas informações leva-se a crer que a maioria dos administradores das empresas sempre conseguiu manter um controle eficiente evitando que problemas provocassem implicações nos negócios. Observe os percentuais:

Tabela 06

Forma de constituição das empresas.

1º Forma de constituição	Percentual %
a. ME	100,0
b. EPP	X
TOTAL	100,00
2º Anos de atuação	Percentual %
a. 1 ano	7,90
b. Entre 1 e 2	13,15
c. Entre 3 e 4	7,90
d. Entre 4 e 5	71,05
TOTAL	100,00
3º Quant. de administradores	Percentual %
a. Um	60,53
b. Mais de um	39,47
TOTAL	100,00
4º Quant. De colaboradores	Percentual %
a. Um	73,69
b. Entre 2 e 5	23,68
c. Entre 5 e 10	2,63
TOTAL	100,00

Fonte: Autora (Dez 2016)

Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral em uma entrevista dada a Revista PEGN em 2013 disse que:

A necessidade de a empresa crescer sempre é o que conta para longevidade empresarial. Nossas pesquisas mostram que um dos fatores fundamentais para a perenidade de uma companhia é a sua capacidade de combinar crescimento contínuo com geração permanente de resultados. A empresa precisa estar sempre se renovando e se desafiando frente ao mercado. Se para de crescer, acaba comprometendo no longo prazo.

Ele afirma que a causa maior da longevidade de uma empresa é o foco no objetivo criado junto com a empresa, o crescimento e a geração de resultados.

Em sua maioria também, essas microempresas possuem apenas 1 administrador e 1 colaborador, no entanto, esses colaboradores são contratados somente em períodos sazonais em que há uma maior demanda por vendas, do tipo período natalino entre outros. Pode-se afirmar que, no restante do ano é desnecessário ter colaborador na empresa ou a mesma não tem condições de arcar com despesas salariais durante maior parte do ano.

As que possuem mais de 1 administrador são, em geral, empresas familiar, em que 2 ou mais membros da família se reuniram para constituir um negócio. Das empresas que possuem mais de 5 colaboradores são empresas maiores, ainda qualificadas como ME, mas que até mesmo a logística é algo diferenciado.

Aplicando a escala de Likert:

Tabela 07
Escala Likert: tempo de atuação

02º Há quanto tempo a empresa está atuando no mercado?					Total
Alternativas	1 ano	Entre 1 e 2	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	
Peso	1	2	3	4	
Frequência	3	5	3	27	38
Total (Px F)	3	10	9	108	130
Média: 130/38=3,42					

Fonte: Autora (Dez 2016).

Nesta escala é importante observar que para cada alternativa de escolha de resposta existe um peso específico, a lógica é que se a empresa possui um ano o peso é 1 em relação a que possui mais de 5 anos, que o peso é 4. Multiplicando esse peso pela quantidade de empresas que marcaram essa alternativa, chamada de frequência, nós encontramos o peso total. Para encontrar a média de tempo de atuação dessa empresas é necessário dividir o total (Px F) pela quantidade de empresas entrevistadas, que é o total da frequência.

Dessa forma, encontramos a média 3,42, que se localiza no intervalo 3 e 4. Isso quer dizer que a média de anos de atuação das empresas entrevistadas é de 3,42, encontrada entre a alternativa C e D, entre 3 e 5 anos.

3.1.2 FORMA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA NO MERCADO

Neste tópico os entrevistados responderam de forma objetiva e subjetiva, grande maioria não quis submeter-se a responder subjetivamente. A primeira questão pergunta se o administrador utiliza algum meio para controle do caixa, se a resposta fosse afirmativa ele deveria citar que meios ele está utilizando.

Dos que citaram esses meios de controle, a maioria salientou a anotação em blocos como meio de controle, outros disseram utilizar planilhas, apenas um dos administradores entrevistados disse que leva para seu contador todos os movimentos de entrada e saída do caixa. Algumas respostas incoerentes mostraram o grau de ignorância nessa parte de controle da empresa.

Tabela 08
Forma de atuação

5º Utiliza meios de controle de caixa?	Percentual %
a. Sim	68,42
b. Não	31,58
TOTAL	100,00
6º Avaliação desse meio:	Percentual %
a. Não existe	31,58
b. Ineficiente	2,63
c. Regular	39,48
d. Eficiente	26,31
TOTAL	100,00

Fonte: Autora (Dez 2016)

A partir desses percentuais pôde-se notar que boa parte faz sim controle do fluxo de caixa, no entanto, é feito de acordo com a conveniência do administrador, isso é claramente comprovado através das respostas do próximo tópico de perguntas. Os meios mais utilizados são as anotações em bloquinhos ou em cadernos de anotações, apenas para fins de informação do quanto foi vendido, sem qualquer objetivo de planejamento ou gestão apropriada.

31,58% dos entrevistados foram bem sucintos e disseram que não utilizam nenhum meio de controle de caixa, esses são os mesmos 31,58% da questão subsequente que pergunta qual a avaliação dele em relação aos meios que utiliza como forma de controle, esses disseram que não existe. 39,48% avaliou como regular, o parâmetro mais comum respondido por eles foi que poderia ser feito com melhores e mais avançados meios e que não tinha condição de implementar um controle de caixa mais apropriado.

Desses 26,31% que avaliaram como eficiente, mais da metade foram os mesmo que não deram uma resposta condizente com a pergunta na questão anterior, a 5º questão.

Aplicando mais uma vez a escala de Likert:

Tabela 09
Escala de Likert: Avaliação do controle de caixa utilizado.

06º Se afirmativo do item anterior, como você avalia o uso do controle de caixa?					Total
Alternativas	Não existe	Ineficiente	Regular	Eficiente	
Peso	1	2	3	4	
Frequência	12	1	15	10	38
Total (PxP)	12	2	45	40	99
Média: 99/38=2,61					

Fonte: Autora (Dez 2016).

Sendo aplicado o mesmo raciocínio explicado no item anterior, foi encontrada uma média de eficiência do controle de caixa utilizado atualmente pelos administrados de 2,61. Isso quer dizer que essas empresas possuem um grau de eficiência encontrado entre as alternativas B e C, ineficiente ou regular.

3.1.3 FORMA DE GESTÃO E CONTROLE DOS FLUXOS DE CAIXA

Neste tópico, se torna mais claro os motivos da não aplicação de um controle de fluxo de caixa nessas microempresas do ramo de vestuário. Como disposto na tabela logo mais apresentada, elas dizem respeito diretamente ao porquê desse microempresários não adotarem sistemas de controle de fluxo de caixa da empresa. Aqui, nem mesmo os profissionais contábeis ficaram de fora do enredo.

97,37%, quase a totalidade dos entrevistados disseram que acham que o controle de caixa auxilia sim na organização da empresa, logo, qualquer tipo de controle pode auxiliar em qualquer setor a ser empregado. Uma minoria de 2,63% disse achar que o controle de fluxo de caixa não auxilia na organização da empresa. 73,68% disseram que conhecem a importância do controle do fluxo de caixa, os outros 26,32% disseram não conhecer ou saber dessa importância.

34,21% disseram que seus contadores lhe passaram informações de gerenciamento, e que deram dicas de controle de caixa. Os outros 65,79%, a maioria, acusou que seus contadores não lhe passaram qualquer informação que

fosse de gerenciamento. Isso inclusive pode ser um foco de estudo para outros pesquisadores, ou continuação deste estudo.

Entre os que tiveram orientação do seu contador, 26,32% disseram ter muito interesse nas informações que lhes foram passadas. Outros 2,63% disseram não ter interesse algum e 5,26% disseram que tiveram pouco interesse e não foram atrás de mais informações. Aplicando mais uma vez a escala de Likert:

Tabela 10
Escala Likert: Grau de interesse.

10º Se sim na pergunta anterior, qual foi o seu grau de interesse especificamente sobre o controle de caixa?					Total
Alternativas	Sem resposta	Sem interesse	Pouco interesse	Muito interesse	
Peso	1	2	3	4	
Frequência	24	1	3	10	38
Total (Px F)	24	2	9	40	75
Média:75/38=1,97					

Fonte: Autora (Dez 2016).

A média encontrada, como descrito na tabela, foi de 1,97. Ou seja, a média de interesse está entre as alternativas A e B, não quiseram pronunciarem-se nessa pergunta pelo fato de não haverem recebido informações dos seus contadores, simplesmente pelo fato de não quererem responder, ou realmente não sentiram interesse nas informações repassadas pelos contadores.

Observe atentamente:

Tabela 11
Forma de gestão e controle financeiro dos fluxos de caixa.

7º O controle de caixa auxilia na organização da empresa?	Percentual %
a. Sim	97,37
b. Não	2,63
TOTAL	100,00
8º Conheces a importância do controle de caixa?	Percentual %
a. Sim	73,68
b. Não	26,32
TOTAL	100,00
9º Seu contador lhe passou informações de gerenciamento, especificamente sobre o caixa?	Percentual %
a. Sim	34,21
b. Não	65,79
TOTAL	100,00
10º Se afirmativo, qual foi seu grau de interesse?	Percentual %
Sem resposta.	65,79
a. Não despertou interesse.	2,63

b. Tenho pouco interesse.	5,26
c. Tenho muito interesse.	26,32
TOTAL	100,00
11º Motivos da não utilização do controle de caixa:	Percentual %
a. Não sei como fazer.	60,52
b. Acho desnecessário.	23,69
c. Acho difícil e cansativo.	13,16
d. Não vejo nenhuma importância na sua aplicação.	2,63
TOTAL	100,00
12º A partir das atividades operacionais, com que frequência é feito algum planejamento?	Percentual %
a. Diário	26,32
b. Semanal ou quinzenal	23,68
c. Mensal	36,84
d. Somente anual	13,16
TOTAL	100,00
13º Como é feito o planejamento financeiro do seu caixa?	Percentual %
a. Não há planejamento.	5,26
b. Há um vago controle de saldo em caixa e bancos.	13,16
c. É feito com base nas experiências dos meses anteriores.	71,05
d. É feito com o suporte, apoio e orientação do contador.	10,53
TOTAL	100,00

Fonte: Autora (Dez 2016)

Na pergunta foco deste trabalho, a 11º questão, mais da metade disse que o motivo maior de não utilizarem um controle de fluxo caixa é o não saber fazer esse tipo de controle, esses fazem jus a 60,52% dos entrevistados. 23,69% acha ser desnecessário fazer esse controle, e a explicação mais comum para essa resposta é que o porte da empresa não necessita de tanto controle assim. 13,16% disse achar difícil e cansativo e 2,63% não vê importância na sua aplicação.

Tabela 12
Escala de Likert: Motivos da falta de controle de caixa.

11º Motivos da não utilização do controle de caixa:					Total
Alternativas	Não sei como fazer.	Acho desnecessário.	Acho difícil e cansativo.	Não vejo nenhuma importância na sua aplicação.	
Peso	1	2	3	4	
Frequência	23	9	5	1	38
Total (PxF)	23	18	15	4	60
Média:60/38=1,58					

Fonte: Autora (Dez 2016).

A média nessa escala é de 1,58, que quer dizer que os motivos estão entre a letra A e B, em não saber como fazer o controle do fluxo de caixa e achar desnecessário, no momento de aplicação alguns explicaram que achavam desnecessário pelo porte da empresa.

O planejamento citado na questão subsequente refere-se a forma particular que o administrador tem de tomar suas decisões de compra, que é o que a maioria desses microempresários faz.

No entanto, isso não pode ser generalizado, visto que existem ainda aqueles que possuem realmente sistema de controle de fluxo de caixa. 26,32% acusaram fazer um planejamento diário, 23,68% fazem semanal ou quinzenalmente, 36,84% fazem mensalmente e 13,16% fazem anualmente esse planejamento. 5, 26% disseram não ter planejamento algum. 13,16% planeja com base nos saldos em caixa e banco. 71,05% disseram fazer o planejamento com base nas experiências que os meses anteriores lhes proporcionaram. E 10,53% disseram ter suporte e orientação do contador no momento do planejamento.

Pôde-se notar no período das entrevistas conhecimento vago por parte dos entrevistados, administradores das microempresas, em relação ao assunto bibliográfico desta pesquisa, o fluxo de caixa. Novamente, aplicando a escala Likert, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 13
Escala de Likert: Forma de planejamento financeiro do caixa.

13 A empresa elabora o Planejamento Financeiro de Caixa?					Total
Alternativas	Não existe. Vago controle de saldo em caixa e bancos.	Feito com base nas experiências dos meses anteriores.	Feito com o suporte, apoio e orientação do contador.		
Peso	1	2	3	4	
Frequência	2	5	27	4	38
Total (PxF)	2	10	81	16	109
Média:109/38=2,87					

Fonte: Autora (Dez 2016).

Em relação a forma de planejamento financeiro do caixa a média encontrada foi de 2,87, entre a alternativa B e C, mostrando que a forma de planejamento é

apenas um vago controle do saldo em caixa ou apenas feito a partir de experiências em meses anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão compreendidas as considerações finais de acordo com os objetivos deste estudo. Depois de um estudo sobre a importância do controle do fluxo de caixa e sobre a importância e significância das MPEs no Brasil, é notável através do levantamento de dados que o controle de fluxo de caixa não está sendo aplicado como deveria ser. Grande parte das MPEs, tirando por base as Lojas de vendas de roupas do Shopping da Cidade não utilizam nenhum sistema de controle, seja de caixa ou de qualquer outro setor da empresa.

Conhece-se a importância da sobrevivência dessas microempresas dentro do âmbito econômico no Brasil. O nível de pessoal ocupado e o PIB representado pelas MPEs são fatores de extrema relevância, principalmente num momento de caos econômico em que o país está vivendo. Embora, algumas empresas consigam obter anos e anos no mercado, a expectativa de crescimento é praticamente zero diante dos resultados dessa pesquisa.

É importante frisar que um número significativo dos entrevistados disse não ter recebido qualquer tipo de auxílio ou informações básicas de gerenciamento e controle partindo do seus contadores ou através de qualquer outro meio. Isso pode ser foco de estudo de posteriores pesquisas, buscando saber se realmente está havendo a falta de interesse nos profissionais contábeis em educar seus clientes, que precisam sobreviver para que continuem lhe pagando honorários. Sem contar que o nível de concorrência nesta área de prestação de serviços tem crescido com o passar dos anos, o que influencia num melhoramento da prestação de serviço de contábeis.

A média de 1,58 encontrada na Tabela 12, que trata das explicações para não utilização de um controle de fluxo de caixa adequado, localizada entre a alternativa A - Não sei fazer e B - Acho desnecessário, evidencia que não há descaso na aplicação desse controle por parte dos microempresários e sim desconhecimento de causa. Isso quer dizer que a falta de conhecimento por parte dos gestores é a principal razão de não haver controle de caixa nessas microempresas. Podemos considerar então que a falta de informação é maior causadora deste problema.

Sem pré-julgamento, mas, com base na observação lógica dos microempresários deste porte de empresas, pode-se notar que grande maioria não possui preparo específico para que se possa fazer uma boa administração de

negócio. Esta afirmativa está embasada no fato de muitas lojas não possuírem qualquer tipo de estratégia de venda a não ser a abordagem simples usada pelos próprios gestores na tentativa de chamar a atenção de clientes. Outro fato importante está no estoque de peças que algumas delas ainda possuem, sabe-se que as tendências de moda são as que mais se renovam, no entanto, algumas dessas lojas pararam no tempo e continuam com estoques antigos. Contentados apenas com o que conseguem faturar num dia, mês ou ano, sem perspectiva de crescimento e ampliação do negócio, as táticas de vendas, formas de gerenciamento do negócio são sempre os mesmos, sem haver qualquer alterações.

Máximo (2014) em seu artigo diz o seguinte: De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a taxa de mortalidade das empresas com mais de dois anos de funcionamento corresponde a 24,6%. Na prática, uma em cada quatro empresas fecha até dois anos após a criação. Grande parte desse índice pode ser atribuída à má administração. O principal problema diz respeito à mistura entre o patrimônio pessoal dos donos e o dinheiro das empresas. A falta de um sistema claro de contabilidade compromete a manutenção e a capacidade de investimento das empresas. A dificuldade, dizem os especialistas, não se restringe aos negócios familiares e acomete grande parte das empresas.

Sem controle do fluxo de caixa os gestores não sabem ao menos quanto de retiradas de dinheiro efetuou durante o mês. Sem contar outras consequências que a falta de controle traz, como incapacidade de saldar dívidas, ou de investimento no próprio negócio.

Já encontrado o principal fator da não aplicação de controle ao caixa, resta designar possíveis soluções para este problema, como:

- a. Capacitação profissional do gestor;

Hoje em dia existem muitas formas de capacitar-se na área de gestão. Cursos de gestão e controle através da internet, ou mesmo presenciais disponibilizados até mesmo gratuitamente pelo Sebrae, ou com preços acessíveis encontrados em outras instituições. Outra forma de obter informações de controle e gestão é através de eventos acadêmicos dos cursos de administração ou contabilidade que possam estar tratando especificamente sobre o assunto em questão.

- b. Orientação e acompanhamento do profissional contábil ao gestor;

O contador da própria empresa pode ser canal de informação de controle e gestão. O microempresário poderá solicitar treinamento do seu contador, ou marcar

reuniões que dizem respeito ao controle de caixa, e outros assuntos importantes que possam auxiliar na administração da empresa. Caso a microempresa não possua registro e serviços de um contador é importante que providencie o quanto antes, assim ele poderá auxiliar no que for necessário através do conhecimento, ajudando a tomar decisões que contribuam para o avanço da empresa.

c. Fluxo de Caixa simplificado;

Um fluxo de caixa simplificado ajudará bastante no controle do caixa, de fácil compreensão e acesso. Pode ser impresso de forma a preencher manualmente, sem necessidade de um computador, ou qualquer tecnologia avançada, que possa pesar no bolso do gestor.

Tabela 14
Modelo de Fluxo de Caixa simplificado

FLUXO DE CAIXA	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
<i>Especificação</i>	<i>___/20___</i>	<i>1º Semana ___ a ___</i>	<i>2º Semana ___ a ___</i>	<i>3º Semana ___ a ___</i>	<i>4º Semana ___ a ___</i>	<i>5º Semana ___ a ___</i>	<i>___/20___</i>
ENTRADAS	Vendas a Vista						
	Vendas a prazo						
	Empréstimos						
	Aluguéis Recebidos						
	Outras Entradas						
A – TOTAL DOS RECEBIMENTOS							
SAÍDAS	Compras a prazo						
	Compras á Vista						
	Tributos						
	Folha de Pagamento						
	Despesas Gerais						
	Outras Saídas						
B – TOTAL DOS PAGAMENTOS							
SALDO	SALDO ANTERIOR						
	SALDO DA SEMANA						
	SALDO ACUMULADO						

Fonte: Autora (Dez 2016).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Michelle Aciole de. **Fluxo de caixa: uma técnica essencial para auxiliar o controle e a gestão financeira das empresas varejistas de eletrodomésticos.** João Pessoa: 2008.

BRASIL. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **Demonstração dos Fluxos de Caixa.** Ata CPC, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei complementar 155, de 27 de Outubro de 2016. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.** Brasília, DF, 28 de dezembro de 2016.

Disponível

em:<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20155-2016?OpenDocument>. Acesso em: 09 Dez 2016.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.** Republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Brasília, DF, 15 de Dezembro de 2006. Disponível
em:<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20123-2006?OpenDocument> Acesso em: 12 de Dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível em:<
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.638-2007?OpenDocument> Acesso em: 28 Nov. 2016.

BRASIL. Pronunciamento Técnico CPC PME: Contabilidade para pequenas e médias empresas. Ata CPC: Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=79>>. Acesso em: 10 Dez. 2016.

BRASIL. Pronunciamento técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2011. Disponível em:< <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

BRASIL. Pronunciamento técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2008. Disponível em:< <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

COSTA, Rodrigo Simão da. Demonstrações dos fluxos de caixa (dfc): conceitos e estrutura. vol. 1. Interciência & Sociedade 2011.

COSTA, Fabiano. Análise financeira de uma empresa através da demonstração do fluxo de caixa: um estudo de caso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, 55 págs.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZAGA, Bianca Carro. Gestão do fluxo de caixa aplicado ao microempreendedor individual. São Paulo: Faculdades Metropolitanas Unidas, 2012, 48 págs.

GRECO, Alvísio; GÄRTNER, Günther e AREND, Lauro. Contabilidade: teoria e práticas básicas. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

JUNIOR, Severino Domingos da Silva; COSTA, Francisco José. **Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de likert e phrase completion**. PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (ISSN 2317-0123 On-line), São Paulo, Brasil, V. 15, p. 1-16, outubro, 2014 – Disponível em:<www.revistapmkt.com.br>. Acesso em: 20 Dez de 2016.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, João Paulo Cavalcante; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; PELEIAS, Ivam Ricardo. **Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14 (2012) p. 127-144.

MÁXIMO, Welton. **Falta de gestão profissional ameaça pequenas empresas, dizem especialistas**. Brasília: 2014. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/e>>. Acesso em: 30 de Dez de 2016.

OLIVEIRA, Elisangela. **Fluxo de Caixa: sua importância dentro da organização**. Copyright © 2014 – Atitude e Negócios. Disponível em:<<http://atitudeenegocios.com/fluxo-de-caixa/>>. Acesso em: 25 Dez. 2016.

OLIVEIRA, Rodney; MONTEIRO, Helcio; MARINHO, Augusto; MONTEIRO, Helder. **Gestão do fluxo de caixa para gerenciamento de pequenos empreendimentos**. Faculdade do Pará – FAP. Disponível em:<<http://www.aedb.br>>. Acesso em: 30 de Dez. 2016.

PAULA, Gilles B. de. **Projeção de fluxo de caixa: o que é, como fazer e dicas práticas.** 2014. Disponível em:< <https://www.treasy.com.br/blog/projecao-de-fluxo-de-caixa>>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil.** 6.ed.atualizada. São Paulo: Saraiva 2010.

RODRIGUES, Fernando José Melo; VENTURA, Jarbas Fortunato; SANTOS, William Ramos dos. **A importância do fluxo de caixa como ferramenta gerencial para as micro e pequenas empresas: uma análise em empresas de angra dos reis.** Angra dos Reis: UNIABEU Centro Universitário,2010. 42 pag.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei geral da micro e pequena empresa: Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios.** Brasília: Sebrae,2007.

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** Disponível em ><http://www.sebrae.com.br/pesquisas.asp>> .Acesso em 01 Nov. 2016.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; UGE, Unidade de Gestão Estratégica. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** Brasília: Sebrae, 2014.

SILVA, Adelphino Teixeira da. **Administração básica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 pags.

WILNER, Adriana. **P: O que é essencial para uma empresa ter vida longa?** 293 ed. PEGN: 2013. Disponível em:< <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI86686-17172,00->

P+O+QUE+E+ESSENCIAL+PARA+UMA+EMPRESA+TER+VIDA+LONGA.html>.Acesso em: 26 Dez. 2016.

ZANONI, Jonatha Gonçalves. **Existência da utilização da ferramenta fluxo de caixa projetado em empresas classificadas pelo porte como pequenas empresas clientes de uma cooperativa de crédito de Criciúma.** Criciúma: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu especialização MBA Gerência Financeira, UNESC, 2011. 94 págs.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE:

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CAIXA DAS MPES DO RAMO DE VESTUÁRIO DAS LOJAS COMERCIAIS DO SHOPPING DA CIDADE E O DESCASO DO EMPRESÁRIOS RELAÇÃO À DFC

Perfil da empresa pesquisada:

- I. Forma de Constituição da Empresa
 - a. () É uma Micro empresa
 - b. () É uma Pequena empresa
- II. Há quanto tempo a empresa está atuando no mercado?
 - a. () A um ano
 - b. () Entre Um e Dois anos
 - c. () Entre Três e Quatro Anos
 - d. () Entre Quatro e Cinco anos
- III. Quantas pessoas fazem parte Administração Geral da Empresa?
 - a. () Uma pessoa apenas
 - b. () Mais de uma Pessoa
- IV. Quantos Colaboradores fazem parte da empresa?
 - a. () Um Colaborador
 - b. () Entre dois e Cinco Colaboradores
 - c. () Entre cinco e dez colaboradores

Forma de atuação da empresa no mercado

- I. A Empresa utiliza alguma forma para controlar o Caixa?
 - a. () Sim
 - b. () Não

Se sim, cite-o: _____.
- II. Se afirmativo do item anterior, como você avalia o uso do controle de caixa?
 - a. () Não existe
 - b. () Eficiente
 - c. () Deficiente
 - d. () Regular

Com base em quais parâmetros? _____.

Forma de Gestão e Controle dos Fluxos de Caixa da Empresa

- I. Você acha que o controle de caixa auxilia na organização da empresa?
 - a. () Sim
 - b. () Não

- II. Você conhece a importância do controle de caixa?
- Sim
 - Não
- III. Seu contador lhe passou orientações gerais de gerenciamento e especificamente sobre o controle de caixa?
- Sim
 - Não
- IV. Se sim na pergunta anterior, qual foi o seu grau de interesse especificamente sobre o controle de caixa?
- Não me desperta interesse
 - Tenho pouco interesse
 - Tenho Muito interesse
- V. Porque você não utiliza um sistema de controle de caixa na sua empresa?
- Não sei como fazer isso.
 - Acho desnecessário.
 - Acho difícil e cansativo.
 - Não vejo nenhuma importância na sua aplicação.
- VI. A partir das atividades operacionais (receitas e despesas decorrentes da atividade principal) da empresa é feito algum planejamento:
- Diário
 - Semanal ou quinzenal
 - Mensal
 - Somente anual
- VII. A empresa elabora o Planejamento Financeiro de Caixa?
- Não há planejamento.
 - Há um vago controle do Saldo em caixa e banco.
 - É feito com base nas Experiências dos meses anteriores.
 - É feito com o suporte, apoio e orientação do contador.